

SEGREGAÇÃO TERRITORIAL, SOCIAL E URBANA EM LONDRINA (PR): UM ESTUDO DE CASO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA REGIÃO CENTRAL

Eduardo Seide Asanuma¹; Josirene Mariana Pereira²; Mateus Galvão Cavatorta³

Resumo: Com a finalidade de aumentar o (re)conhecimento e visibilidade da temática, o presente trabalho tem como objetivo central demonstrar relatos de história de vida das pessoas em situação de rua na cidade de Londrina (PR) por meio de determinadas entrevistas realizadas com esses indivíduos, na qual foram coletadas informações sobre os motivos que levaram essas pessoas a se situarem e (sobre)viverem nas ruas e a realidade encarada no dia a dia pelas mesmas, seja em relação à alimentação, abrigo, atividades praticadas, entre outros aspectos. Articulando essa problemática com o conceito de espaço urbano, território e segregação territorial, social e urbana, foi elaborado um referencial teórico para conceituar tais categorias e fenômenos. Houve a caracterização da área de estudo, que no caso é a região central de Londrina, e dos pontos que foram visitados para coleta de informações e dados, como os centros de assistência para a população em situação de rua na cidade. A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho baseou-se em pesquisas nas referências bibliográficas que tratam da temática, na realização de estudos de campo e na elaboração de mapas para melhor representar as informações disponibilizadas ao longo do texto.

Palavras-Chave: espaço urbano; território; condição de rua.

INTRODUÇÃO

A presença de moradores de rua no Brasil e no mundo é algo muito notório e demonstra aumento com o tempo, isso porque o modelo econômico vigente no qual as pessoas crescem, vivem e morrem os tornam reféns desde estado fetal dessa realidade. O capitalismo só alimenta um conceito tratado por grandes nomes da geografia desde o século XIX, o desenvolvimento desigual e combinado.

A realidade das pessoas em situação de rua ultrapassa problemas de ordem econômica, esse é só o ponto inicial, pois fatores também agravantes circundam esse meio gerados pela indiferença de grande parte da população, que fomentam o processo de invisibilidade. De modo geral, a população têm preferência em desviar-se, manter-se distante e fechar os olhos à situação como se essa realidade não os pertencesse, ao invés de enfrentar com intuito de investigar a raiz do problema a fim de propor mudanças, o que acaba gerando situação de isolamento social mútuo, não ajudando a propor soluções e mantendo uma situação de precárias condições da vivência humana.

Alguns municípios, como é o caso de Londrina, buscam amenizar essa realidade com uma estrutura administrativa na área de assistência social, que atuam com diversas ferramentas para dar suporte aos que estão em situação de rua, e para os que estão dispostos a se organizar para sair dessa condição.

A população em situação de rua, em sua maioria, concentra-se em ambientes urbanos e principalmente nas regiões centrais onde localizam-se os poucos serviços que podem usufruir. Sua

¹ Discente do curso de Geografia (licenciatura) da Universidade Estadual de Londrina, eduardoseide_1998@hotmail.com

² Discente do curso de Geografia (licenciatura) da Universidade Estadual de Londrina, josimp.geografia@gmail.com

³ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, mateuscavatorta@hotmail.com

moradia é o espaço e é em ambientes precários e inapropriados em que eles fazem as necessidades básicas para sobrevivência. As migrações em busca de melhores lugares para se fixarem é incessante pois muitas das vezes são barrados e impedidos de se estabelecerem direta e indiretamente. Sofrem de restrições quanto a mobilidade e acessos a lugares públicos o que ocasiona o caráter itinerante.

Marcelo Lopes de Souza define território como sendo formado por meio de movimentos sócio territoriais, ou seja, os agentes modelam o espaço com suas próprias imagens, não só fisicamente, mas também em sua identidade, e isso estabelece e delimita o território por e para relações de poder.

A marginalização – processo muito incidente com o capitalismo – tem ocorrência, em sua maioria, em países periféricos que estão em desenvolvimento, processo de urbanização desordenado e alta desigualdade. Vale ressaltar que ocorrem em todas as hierarquias de cidade, sendo elas grandes, médias ou pequenas.

Com tais considerações feitas, pode-se definir o objetivo do trabalho sendo com o de levantar dados quantitativos e qualitativos de casas de acolhimentos, fazer um perfil sobre os moradores que encontram-se em situação de rua na zona central do município de Londrina/PR. que foram entrevistados.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa foi baseada em referências bibliográficas para elaboração da fundamentação teórica – conceituação de espaço urbano, território, segregação territorial urbana. Em relação ao estudo de caso, foram realizados estudos de campo nos quais houveram a realização de entrevistas, com o direcionamento de questionário previamente produzido, em campo com moradores em situação de rua habitantes da região central da cidade, em abrigos que realizam o acolhimento e no Centro POP. Todas foram gravadas por áudio – esse material obtido com aproximadamente 7 horas – e transcritas para se obter uma maior fidelidade aos relatos dos entrevistados, sempre as realizando como uma conversa descontraída para deixá-los confortáveis com a nossa presença, porém sempre seguindo o roteiro do questionário.

No primeiro dia de coleta de material foram entrevistadas quatro pessoas em condição de rua – duas localizavam-se na praça Primeiro de Maio e outras duas na praça Tomi Nakagawa. Ao segundo foi entrevistado a psicóloga da SOS – Serviços de Obras Sociais. No terceiro dia a assistente social do Centro POP, um morador de rua que estava à espera de atendimento no local, um ex-morador de rua, que estava no local à espera de atendimento para continuação de seu tratamento, e o assistente social da Casa Bom Samaritano.

O mapa foi produzido pelo software de geoprocessamento ArcGis utilizando como mapa base a imagem de satélite (Imagem Mundial) e editada com as ferramentas de desenho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamentação teórica: conceituando e articulando espaço urbano, território e segregação

O espaço urbano é onde se reflete de maneira evidente desigualdades entre as classes e, dessa forma, que privilegia aquelas que possuem maior poder aquisitivo: a classe dominante pode assim apropriar-se das melhores porções desse espaço, controlando a sua produção, uma vez que detém o controle de seus meios. O processo de urbanização transforma as cidades produzindo o fenômeno da centralização de poder em determinadas áreas: o espaço, diante das transformações no processo produtivo é cada vez mais dominado pelo valor de troca. Desse modo, os lugares são submetidos a um sistema de rentabilidade, se tornando então locais idealizados, criados por determinadas regras de mercado. Originam-se dessa forma as áreas distintas no espaço urbano que irão se caracterizar pela forma de apropriação. (PASSOS; ARAÚJO, 2014, p. 386)

De acordo com Corrêa (1989), o espaço urbano é reflexo e materialização da sociedade representado nas formas espaciais. O autor ressalta que o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta.

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere o acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países, como entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população que não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Esse é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente, correlato a ela estão: a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subdesemprego, e mesmo o emprego mal remunerado. (CORRÊA, 1989, p. 29)

Conforme o mesmo autor, os principais agentes que produzem o espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Ressalta-se e relaciona-se com a temática aqui estudada os dois últimos. Quanto ao Estado, sua atuação mais corrente se faz através da implantação de serviços públicos, além da elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Já os grupos sociais excluídos são aqueles que não conseguem acessar os bens e serviços produzidos socialmente, mesmo que tenham as mesmas necessidades dos demais grupos. Nesse sentido, o autor destaca como exemplo o caso daqueles que não tem acesso à habitação, haja vista que grande parte da população não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, acessar a habitação via compra de um imóvel.

Sendo assim, pode-se considerar a população em situação de rua enquanto parte dos grupos sociais excluídos que atuam fazendo e refazendo o espaço urbano. É no espaço da cidade que esses indivíduos, enquanto grupo social, vivem e se reproduzem, de modo que o território desempenha importante papel na reprodução de suas condições de sobrevivência.

Ao falar sobre território e cidadania, Santos (2007) explica que o valor do indivíduo depende do lugar que ele ocupa dentro do território. Isso confirma que há dentro de um mesmo espaço distintos territórios, (re)criados pela modernização que impulsionou o êxodo rural, o desemprego, e a existência

de uma enorme massa de pobres e a criação de lugares onde estes sobrevivem. O autor reflete quando fala que a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres.

De acordo com Santos (2008), existem múltiplos territórios dentro de uma cidade, distintos não apenas pelo fator localização, mas essencialmente pelo nível de renda dos que os ocupam, garantindo ou não o acesso aos bens e serviços. O autor complementa explicando que às vezes tais bens e serviços simplesmente não existem na área, e às vezes não podem ser alcançados por questão de tempo ou de dinheiro. (SANTOS, 2008, p. 139)

Os territórios são diferenciados pela sua estrutura ou pelo o acesso aos serviços, os afastando e tornando-os tão opostos, muitas vezes separados apenas por uma fronteira social, segregados devido a essa lógica do Estado capitalista e do setor imobiliário, focados em favorecer sempre os mais ricos, sendo incapaz de atenuar as desigualdades socioespaciais. (AZEVEDO, 2012, p. 17)

O Estado, tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário) ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos, zoneamento e outras normas de ocupação do espaço que consolidou a segregação, atua, também como agente repressor. Via de regra, na tentativa de colocar os pobres “no seu devido lugar”: antes uma guarda das elites que uma polícia cidadã, igualmente respeitadora de homens, negros, de moradores privilegiados e pobres. (SOUZA, 2005, p.90)

No Brasil a segregação espacial tem suas origens e desenvolvimento na expansão do processo de urbanização ocorrido no século XX na esteira da crescente industrialização. Para Corrêa (1995) a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais que surge da localização diferenciada destas classes no espaço urbano, devido a capacidade também diferenciada destas classes de atuação no espaço, de quanto cada grupo social tem para pagar pela sua residência, que se diferem em termos de localização e características.

Conforme assinala Lefebvre (1999), a segregação destrói o urbano, já que ele é resultado da complexidade social. Esta complexidade se fundamenta na diferença, que dá a possibilidade a cada lugar de informar aos outros. Contrária a esta dinâmica, a segregação corta a informação e conduz a uniformidade, ou seja, impede a convivência entre os diferentes grupos sociais e entre as distintas áreas da cidade.

Desta forma a segregação espacial representa uma contradição para o sentido da cidade. A cidade significa concentração de pessoas e atividades, complexidade funcional e convivência entre os grupos sociais. É evidente que a segregação elimina este último elemento, ao negar as trocas e o convívio entre os grupos de diferentes níveis socioeconômicos. Deste modo a cidade atual, onde se verifica o processo de segregação socioespacial, fragmenta-se física e socialmente a unidade e a coesão do espaço urbano. (SANTOS, 2015)

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada da do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra

realiza desigualdades que estão na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS 2004, p. 141)

O processo de transformação do espaço urbano gera conflitos baseados na desigualdade social na medida em que nem todos os ocupantes da cidade são reconhecidos como atores da produção e reprodução espacial, pois sempre que ocorre algum ordenamento territorial, os habitantes são considerados como usuários dos serviços e equipamentos urbanos, mas nunca é concebida a sua cidadania pela participação enquanto ator do processo. (ROCHA, 2011, p. 04)

Santos (1994) chama a atenção para o fato de que a população se multiplica e empobrece nas cidades experimentando a degradação de suas condições de existência. Nesse processo a cidade estabelece-se como relação social que em sua materialidade é produtora de pobreza, pois faz dos habitantes dos territórios de pobreza, pessoas ainda mais pobres.

A exclusão social manifesta-se de diversas formas e é vivenciada em determinado espaço geográfico ou conjuntura social e econômica. O conceito de exclusão social relaciona-se geralmente à situação de pobreza, quando pessoa, grupo social ou população encontra-se desprovida dos recursos financeiros que lhe permita uma vida digna e o acesso a recursos primordiais como água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania. (GOMES, 2005)

Assim, a exclusão é também a desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, o não acesso a serviços básicos, à informação, ao trabalho e a uma renda digna, a não participação social e política, e as múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras. A noção de exclusão decorre, portanto, da participação social inadequada e da falta de integração social. (GOMES, 2005)

Nesse sentido, a segregação socioespacial corresponde à separação espacial em diferentes áreas do território urbano. Desse modo, a segregação do espaço está diretamente atrelada aos aspectos históricos, culturais e econômicos, o que pode ser intensificado devido ao fato das massas populacionais que se caracterizam como vítimas desse processo não possuírem pleno acesso às ferramentas capazes de contornar essa realidade, pois de acordo com Barreira (2014) os indivíduos não têm possibilidades inteiramente livres de escolher suas trajetórias de vida. (SILVA; LIMA; JUNIOR; CARVALHO, 2016)

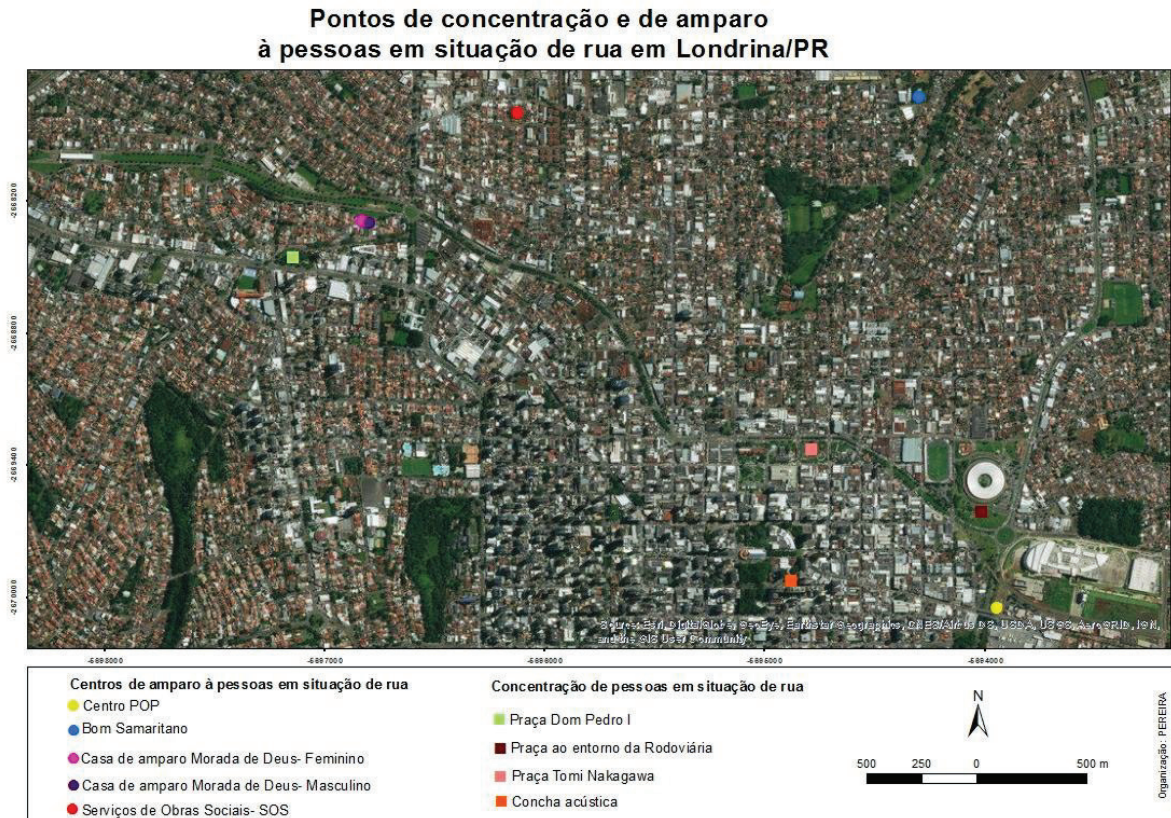
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: PRAÇAS DA ÁREA CENTRAL DE LONDRINA

Os pontos escolhidos para a elaboração do estudo de caso são os de maiores adensamentos de moradores em condições de rua na parte central de Londrina, que também é a região que possui um maior número de serviços à pessoas nessa situação.

A **Praça Primeiro de Maio** localiza-se na rua Piauí, nº 130 no centro histórico próximo ao calçadão. Abriga a Concha Acústica, inaugurada no dia 01 de maio de 1956. Monumento baseado em um existente no Espírito Santo, sendo palco de apresentações artísticas e encontro entre jovens na época.

Atualmente utilizada para shows de música urbana, manifestações populares e para pessoas em condições de rua dormirem.

Figura 1: Mapa de localização dos pontos visitados



Fonte: Autores (2018).

A **Praça Tomi Nakagawa** localiza-se na rua Lázaro José Carias de Souza, entre o Museu Histórico de Londrina e o Pronto Atendimento Infantil, e foi inaugurada no dia 22 de junho de 2008 com o intuito de homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil. Segundo relatos do assistente social Alisson, antes da construção da praça havia uma Seringueira e um grande adensamento de moradores de rua. A árvore foi retirada com o intuito de remover as pessoas nessa condição, porém anos depois com a elaboração da praça ainda há uma aglomeração nessa área.

A **Praça Dom Pedro I** é um local de grande movimento veicular e com comércios de grande relevância, localiza-se na avenida Tiradentes em frente ao número 501. Concentra tanto moradores de rua como pedintes no semáforo logo à frente.

O **Terminal Rodoviário de Londrina**, em sua estrutura interna, não há moradores em condições de rua, porém nas praças ao entorno e no posto de combustível desativado que se situa ao lado possuem uma grande concentração de pessoas nessa situação.

No trabalho desenvolvido foram observadas algumas restrições que a própria rodoviária impõe, para que sua edificação não seja utilizada como abrigo. Mesmo a rodoviária sendo um local público, por

relato de um dos moradores entrevistados obtivemos a informação que dependendo de suas vestimentas são restringidos de adentrarem por seguranças que fazem ronda. Existem dentro do recinto faixas que incentivam a não doação de esmolas.

Na parte interna e central do terminal rodoviário há uma praça/jardim na qual algumas pessoas na condição de rua utilizavam para dormir, porém por um tempo, no ano de 2016, foi fechada devido a esse motivo.

CENTROS DE AMPARO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA (PR)

Um Centro de Assistência a população de rua tem por função a gestão e organização de programas, projetos e ofertas de serviços visando benefícios da política de assistência social. Estabelece uma responsabilidade entre os diversos entes federados (como Municípios e Estados) objetivando a implementação de projetos, programas, serviços e benefícios de assistência social, como um dever do Estado e um direito do cidadão. (OGG, 2014, p. 54)

Tem como principais objetivos contribuir para a prevenção de agravamentos e a potencialização de recursos para a reparação de situação que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Busca contribuir para a restauração e preservação da integridade e da autonomia da população em situação de rua, bem como a promoção para a reinserção familiar e comunitária. (OGG, 2014, p. 54)

Um Centro de Assistência para a População de Rua é um equipamento que visa atender as necessidades básicas dos usuários, oferecendo atividades para formação, qualificação pessoal e profissional e alcance de autonomia, bem como proporcionar áreas e condições de convivência dignas e mais humanas entre essa população. (OGG, 2014, p. 54)

Diante desta breve introdução sobre os centros de assistência a população de rua, adiante serão demonstrados as principais instituições de apoio aos moradores de rua na cidade de Londrina, onde foram realizadas entrevistas e coleta de dados e informações pertinentes para a pesquisa.

Centro POP

O Centro POP é uma instituição da Secretaria Municipal de Assistência Social, que oferece suporte às pessoas em situação de rua, o espaço em que está instalado se localiza na Rua Dib Libos, 25, Boa Vista, Londrina/PR.

Em entrevista realizada com a Assistente Social Daniela Paraizo, tivemos acesso à visita às instalações do Centro, e as seguintes informações:

Sua estrutura é composta por: recepção, três banheiros, duas salas para atividades, sendo uma utilizada para sessões de terapia ocupacional, salas de atendimentos, cozinha, lavanderia, tanque para lavagem das próprias roupas, sala de abordagem, sala de reuniões.

O Centro POP dispõe de diversos serviços que atendem à essas populações, alguns oferecidos no próprio local e outros por conta de encaminhamento realizado pelos funcionários do centro.

Para a higienização pessoal conta com três banheiros e em média vinte e cinco banhos por dia (somente no período matutino) e isso devido ao déficit hidráulico-elétrico. Aqueles que não tiverem oportunidade no dia são encaminhados aos abrigos que disponibilizam algumas vagas para os banhos.

Quanto a alimentação, pode ser considerada muito restrita em relação à quantidade. São distribuídos lanches, bolos, leite e café duas vezes no período da manhã e uma no período vespertino e para o almoço são dados vouchers para consumo no restaurante popular que se localiza não muito distante do Centro POP. Porém muitos recusam-se a ir devido ao preconceito que sofrem ao entrarem no local.

A terapia ocupacional tem maior utilização entre os moradores de ruas mais jovens e que possuem ainda uso muito abusivo e intensivo de produtos ilícitos.

Para aqueles que possuem interesse em praticar esportes ou fazer atividades artísticas, Clarice faz captação de atividades fora para integrar: teatro na Fundação Cultural e Artística de Londrina (FUNCART), ilustração na Vila Cultural Flapt, capoeira e violão no Sesc Londrina Cadeião.

As aulas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) são realizadas em escolas próximas a região. Porém tanto as aulas artísticas/ esportivas como as do EJA há um excedente de vagas, ou devido a falta de procura ou dificuldade em manter-se.

A economia solidária ocorre com a professora de artes, na qual aqueles que já estão há mais tempo sem uso de alucinógenos, são mais velhos e/ou estão num processo avançado de superação da condição de rua produzem artesanatos, chaveiros e pinturas.

Outro serviço ofertado é a entrega de passagens de ônibus para volta da pessoa em situação de rua para o seu local de origem. Há alguns critérios que são necessários para a doação dessas passagens como contato prévio com a família – via telefone ou internet – ou registro de emprego anterior à região em que é desejado ir.

O acolhimento só se inicia por vontade própria dos moradores em situação de rua, não podem ser realocados forçadamente. Pode ser por pedido no próprio centro ou por ligação para o próprio. Quando há vaga são transportados para os abrigos. É feito um plano de atendimento pessoal e com isso o encaminhamento.

SOS – Serviços de Obras Sociais

O abrigo SOS localiza-se na Rua Jaguaribe, 350 - Vila Nova, Londrina – PR. Em entrevista concedida pela psicóloga Ana Carolina Ferreira que atende no local obtivemos as seguintes informações.

O SOS é um abrigo que possui o foco em acolhimento de pessoas em condições de rua do sexo masculino. O local conta com pátio, banheiros, refeitório, três dormitórios com sete camas cada um – totalizando vinte e uma vagas – o número pode variar em decorrência de épocas de frio quando a

demanda é maior, sendo o excedente acomodado em colchões no chão. As refeições são distribuídas em 4 períodos, café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. O sistema de funcionamento é bem flexível, ou seja, possuem livre acesso para transitar pelo município, ficando restritos em voltar até as 17:00 (caso contrário é considerado evasão), acordar as 6:00 e não entrarem sob efeito de nenhuma substância ilícita e alcoólica (sob pena de perda da vaga).

A renda para manutenção do espaço, dos suprimentos e pagamento dos funcionários é obtida por meio da Prefeitura Municipal que mantém o convênio com órgão e o cálculo para repasse é considerado a vaga ocupada/mês. Não sendo suficiente a verba há a promoção de ações como a realização de bazar de vendas, rifas e outras iniciativas para obtenção de recursos complementares.

Uma das funções do abrigo é de reintegrar os acolhidos na sociedade por meio de encaminhamentos médicos e psiquiátricos, atendimento psicológico, tentativa de redirecionamento ao mercado de trabalho, tentativa de reconexão familiar, auxílio na busca de uma nova moradia, encaminhamento para obtenção de novos documentos e auxílio no planejamento financeiro.

As pessoas ao chegarem passam por uma abordagem com o educador que realiza a acolhida, após essa primeira etapa, há um encaminhamento para a equipe técnica que é composta pela psicóloga e/ou assistente social, essa(s) traça(m) um plano de trabalho, considerando a individualidade e tempo de cada caso, esse plano pode ser reconfigurado conforme a necessidade, ou ocorrências durante o processo. Portanto, não há prazo fixo para permanência.

Não tem atividade fixa por conta do abrigo, sua ocupação é de cunho colaborativo na parte de zeladoria do espaço, porém realizam atividades/dinâmicas com grupos, equipes de incentivo, principalmente vinculados a instituições religiosas, que fazem trabalho de (re)construção espiritual, e de motivação.

Casa do Bom Samaritano

A casa do Bom Samaritano localiza-se na rua José Fierli, 153 - Vila Marizia. O assistente social do local, Alisson Fernando Moreira Poças foi quem deu a entrevista e explicou o funcionamento do abrigo.

O sistema é dividido em residência inclusiva – onde vinte e nove pessoas residem (incluindo quatro mulheres), quando os residentes desse setor se realocarem com suas famílias ou em outras residências, esse setor será desativado – e abrigo – onde a pessoa permanece na estrutura por vinte um dias com um plano estabelecido, porém em alguns casos de necessidade o prazo pode se estender. Em funcionamento normal, essa modalidade atende cinquenta pessoas, porém em épocas de frio mais intenso do ano, o atendimento chega a oitenta pessoas.

A verba repassada pelo governo municipal não atende as demandas, então o próprio local promove ações para arrecadação e complemento monetário.

Esse abrigo possui uma grande importância no município de Londrina devido à sua disponibilidade de vagas para atender essa população. Porém localiza-se próximo a um bairro que por

muitos anos era favelizado, e que foi mudando de contexto relacionado a infraestrutura, mas que continuou sendo um local com população vulnerável e exposta ao tráfico de entorpecentes. O território influencia nas ações dos indivíduos, podendo fazer com que haja recaídas em quem não tem intenção em utilizar os narcóticos novamente.

Durante a entrevista foram disponibilizados dados quantitativos que contabilizam a quantidade de pessoas que passaram ano a ano pela acolhida em uma escala de três anos e, somente essa casa de apoio informou os dados. Do mês de agosto de 2015 até agosto de 2016, tiveram 3917 passagens no total, dentre elas 91 de pessoas novas. No mesmo ano de 2016 até 2017, passaram 3855 pessoas e dentre elas 35 eram novas. O último período é de agosto de 2017 a agosto de 2018, totalizando 5503 passagens, sendo 112 novas pessoas.

Morada de Deus

O abrigo Morada de Deus encontra-se na rua Guilherme da Mota Corrêa, é dividido em duas estruturas, a masculina – somente casa de passagem, permanecem por 21 dias e depois saem – e a feminina – nesse local elas permanecem o tempo que for necessário.

É o único local em Londrina que atende à população do sexo feminino e, também, os filhos.

ESTUDO DE CASO COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM LONDRINA: UM DIÁLOGO SOBRE A REALIDADE VIVIDA POR ESSES INDIVÍDUOS

O morador em situação de rua pode ser definido como aquelas pessoas que se encontram utilizando os logradouros públicos como habitação ou para atividades cotidianas como: dormir, alimentar-se e trabalhar, bem como aquelas que pernoitam em albergues, que não possuem moradia. De acordo com Costa (2005) que moradores de rua são:

(...) Homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo algum infortúnio atingiu as suas vidas, seja perda de emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. (COSTA, 2005, p.3)

O espaço na rua no qual vivem moradores envolve locais situados sob pontes, marquises, viadutos, frente de edifícios privados e públicos, postos de gasolina, parques, praças, calçadas, estações de trem, terminais rodoviários, margens das rodovias, dentro de construções com áreas internas ocupáveis, galerias subterrâneas, becos, áreas próximas aos depósitos de lixo, à reciclagem de material, às feiras, dentre outros locais protegidos do frio e da exposição à violência. Muitos moradores vivem em barracos de papelão e plástico, construídos com o propósito de esconderijo.

Diante da situação que é morar na rua, estes indivíduos assumem uma condição de itinerantes e de se movimentarem pelos espaços da cidade conforme as melhores condições que estes possam oferecer. O dia a dia dessa população é marcado pela busca por meios de sobrevivência (locais para alimentação, associações para cuidados com a higiene pessoal, descanso e segurança à noite) e a busca por trabalhos temporários, como bicos na construção civil, cuidando de automóveis estacionados em via pública, recolhimento de materiais recicláveis para venda e a prática de pedir esmolas nos semáforos.

Considerando que o fato de morar na rua muitas vezes está articulado com a utilização de drogas, foi constatado a partir dos resultados obtidos dos questionamentos que a maioria dos entrevistados se tornaram dependentes químicos antes mesmo de entrarem na condição de rua. Todos possuem receio do local em que é selecionado para dormir, medo dos atos preconceituosos, em decorrência disso, a maioria permanece sobre uso de entorpecentes e ficam acordados por dias. Todos os entrevistados demonstram esperança em sair dessas circunstâncias em períodos próximos.

Para o estudo de caso, foram realizadas sete entrevistas com moradores de rua com o objetivo de compreender melhor suas histórias de vida e os motivos que o levaram a viver nas ruas da cidade. Houveram alguns empecilhos para realização das entrevistas. Durante as abordagens foi necessário estar atento em quem seria uma pessoa em condição de rua e quem seria somente pedinte. Em decorrência do frio, na primeira noite houve uma dificuldade em encontrar pessoas na condição de rua para realizar o questionário. Em uma das casas de apoio, Morada de Deus, não foi possível estabelecer contato pessoalmente ou por e-mail. Outra casa de apoio foi fechada no início do ano de 2018 devido à problemas regulamentais.

O primeiro entrevistado apresentou-se com o nome de André, 37 anos, e encontrava-se na Praça Primeiro de Maio. No diálogo foi afirmado em que ele não possui um local fixo, um território, todas os dias é feita uma locomoção em busca de um lugar mais propício a proteger-se do frio e acesso fácil a comida. Ele, assim como 85% (percentual obtido no Centro POP) vive em estado de drogadição. Devido a fatores familiares e quadros de depressão no ano de 2004 ele perdeu a estabilidade do emprego, adentrou ao mundo das drogas, fragilizou as relações conjugais, até que em dado momento preferiu isolar-se recorrendo as ruas. Quando questionado sobre interesse em abrigar-se em casas de apoio, André foi enfático ao dizer que não procura esses serviços pois no passado sofreu inúmeros preconceitos de alguns funcionários das instituições, não se sentindo confortável em voltar a abrigar-se. Possui família, casa – a qual apela quando necessita de necessidades básicas de higiene pessoal – mas prefere permanecer na situação atual enquanto for dependente químico.

Daniel, o segundo entrevistado, como visto no primeiro caso, não possui nenhum território pois desloca-se entre praças que adensam um maior número de pessoas em condições de rua. Possui família, porém não estabelece contato a meses, mesmo eles sendo de Londrina/ PR. Possui a profissão de padeiro, mas não pratica o ofício para subtrair renda, somente quando frequenta casas de apoio. Sua permanência nos abrigos não é frequente devido à já ter sofrido sabotagem por parte de funcionários.

Começou a ser usuário de entorpecentes quando ainda morava em sua casa, porém por vergonha da família, decidiu adentrar nas ruas

Emerson, natural de Londrina, ensino fundamental incompleto, foi o terceiro entrevistado. Por fatores familiares aos 19 anos saiu de casa (anos 2000), transitou pela cidade de Londrina, até que achou companhia e adaptabilidade na antiga Seringueira, atual praça Tomi Nakagawa. Recorre ao abrigo para higiene pessoal, participa da Terapia Ocupacional e oficinas de artesanato do centro POP (não obtém renda) tem um auxílio. Tornou-se usuário de drogas após entrar na rua.

A única mulher entrevistada, Ilda 40 anos, natural de Londrina/PR. Trabalhava como auxiliar de serviços gerais e possuía residência (considerada circunstancial), casada com outro morador de rua e possui filhos. Encontra-se nessa situação desde os 11 anos. Caso muito extremo de vulnerabilidade social, por ser do sexo feminino. Relatou estar presente em diversas cenas de violência. Desde pequena frequentava a Figueira, e desde cedo rejeitada pela mãe.

O quinto entrevistado chama-se Gabriel, 32 anos, fotógrafo, residente de Maringá/ PR, esse é o mais incomum dos casos entre os entrevistados pois não seguiu o padrão que foi observado até então, esse mantém residência e contato familiar, porém é uma relação fragilizada, pela sua dependência química. O caso do Gabriel é circunstancial de rua, pois veio a Londrina a trabalho, porém devido a fatores pessoais acabou tendo recaída, acabando por perder sua ferramenta de trabalho para o tráfico, e não tendo condições financeiras para voltar a Maringá, ficou nas ruas de Londrina. Para se livrar da dependência relatou já ter se tratado em clínicas particulares, quando em situação de rua sempre recorre aos centros POP, como ocorreu mais de uma vez em Londrina e em Curitiba situações semelhantes.

André antes de entrar na condição de rua possuía a profissão de servente de pedreiro. O motivo qual o levou a essa situação devido a separação com a cômjuge permaneceu por 12 anos no estado de drogadição, e negava apoio isolando-se das casas de apoio e saiu da condição em que se encontrava quando não era mais usuário de entorpecentes, assim indo morar na casa de sua filha no início do ano de 2018.

Os moradores de rua, no contexto geral das entrevistas, comentaram que a maior desvantagem de morar nas ruas é o fato de não possuírem condições adequadas ou satisfatórias para descansarem ou dormirem. Muitas vezes, relatam que não conseguem dormir tranquilamente porque têm medo de serem mortos ou atacados. Alguns esperam amanhecer para poder dormir, já que durante o dia há mais movimento, o que, para eles, significa maior segurança. A violência aparece como uma grande preocupação para essas pessoas, principalmente à noite. Foram relatados vários casos de agressões e mortes quando estes indivíduos estão dormindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos materiais coletados foi possível constatar que os dados quantitativos dos moradores em condição de rua no município de Londrina são escassos. O último senso realizado no ano de 2007 consta um pouco mais de duzentas pessoas nessa condição, porém nas entrevistas foi citado uma possibilidade de um número muito maior, chegando a aproximadamente à mil pessoas que resulta em uma escassez de benefícios e apoio aos próprios e de dados para realização da pesquisa e levantamento de material.

Ficou evidente a situação de medo e violência enfrentada pelas pessoas em situação de rua na cidade, principalmente à noite e no momento de dormir. Em relação à alimentação, a maioria dos entrevistados afirmaram que geralmente não passam fome devido ao grande apoio dos centros de assistências existentes na cidade, além da ajuda de outras instituições de caridade como as religiosas, por exemplo.

A partir da história dos entrevistados, foi possível observar na maioria dos relatos a quebra do vínculo familiar, pelas mais variadas justificativas, dentre elas falecimento de um membro mais próximo, preconceitos de gênero, convivência conturbada, ou até mesmo por escolha própria e sem motivo aparente.

A população em situação de rua representa um movimento de luta contra as desigualdades sociais, de luta por sobrevivência. Carrega junto com si uma história de vida que merece e necessita ser estudada e analisada, uma história de perdas (seja de vínculos, de emprego, de afeto ou moradia), de sofrimentos e negação (de direitos, de vínculos, de oportunidades, etc.).

A situação que é (sobre)viver nas ruas reflete a ineficácia por parte do poder público estatal em se propor a solucionar essa problemática e a desigualdade social gerada por um sistema capitalista que segrega e marginaliza as populações historicamente menos favorecida, gerando reflexos, diferenciações e singularidades na complexidade territorial que envolve o espaço urbano. Portanto, ressalta-se que o fenômeno população em situação de rua não pode ser analisado desvinculado da perspectiva do território, seja este, enquanto espaço vazio, ou enquanto um lugar que reflete as relações sociais que vão sendo construídas e desconstruídas acompanhadas pelas novas configurações do sistema capitalista e da intensificação das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Kalynne Thayanna Silva de. *Pobreza, Marginalização e segregação socioespacial: uma visão teórica das periferias urbanas*. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARLOS, A.F. A. *O espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORRÊA, Roberto. Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo. Ática, 1995.

COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual & Contextos, 2005.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. Ciências e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p.48-57, 2005.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

OGG, Helena D'Ávila. Centro de Assistência à população em situação de rua. Trabalho de Conclusão de Curso. Curitiba, 2014.

PASSOS, Alexandra Nascimento; ARAÚJO, Wânia Maria de Araújo. Desigualdade, exclusão e segregação espacial em Belo Horizonte: antigos personagens e novas distinções no bairro de Lourdes. In: III Simpósio de Ciências Sociais: Cidade e Democracia Ciências Sociais Instituto de Belo Horizonte, 2014.

ROCHA, Altemar Amaral. A Produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras. Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2011.

SANTOS, Maria Livia Ferreira dos. **Entre o anonimato e a visibilidade: moradores de rua portadores de sofrimento mental e a produção do espaço urbano.** Trabalho de Conclusão de Curso. Salvador, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão.** 7ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. **Economia Espacial:** críticas e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SILVA, Manoel Mariano Neto da; LIMA, Daniela Freitas de; JUNIOR, Almir Mariano de Sousa; CARVALHO, Carla Caroline Alves. **Segregação socioespacial:** os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. Revista Monografias Ambientais - REMOA v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano** – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.